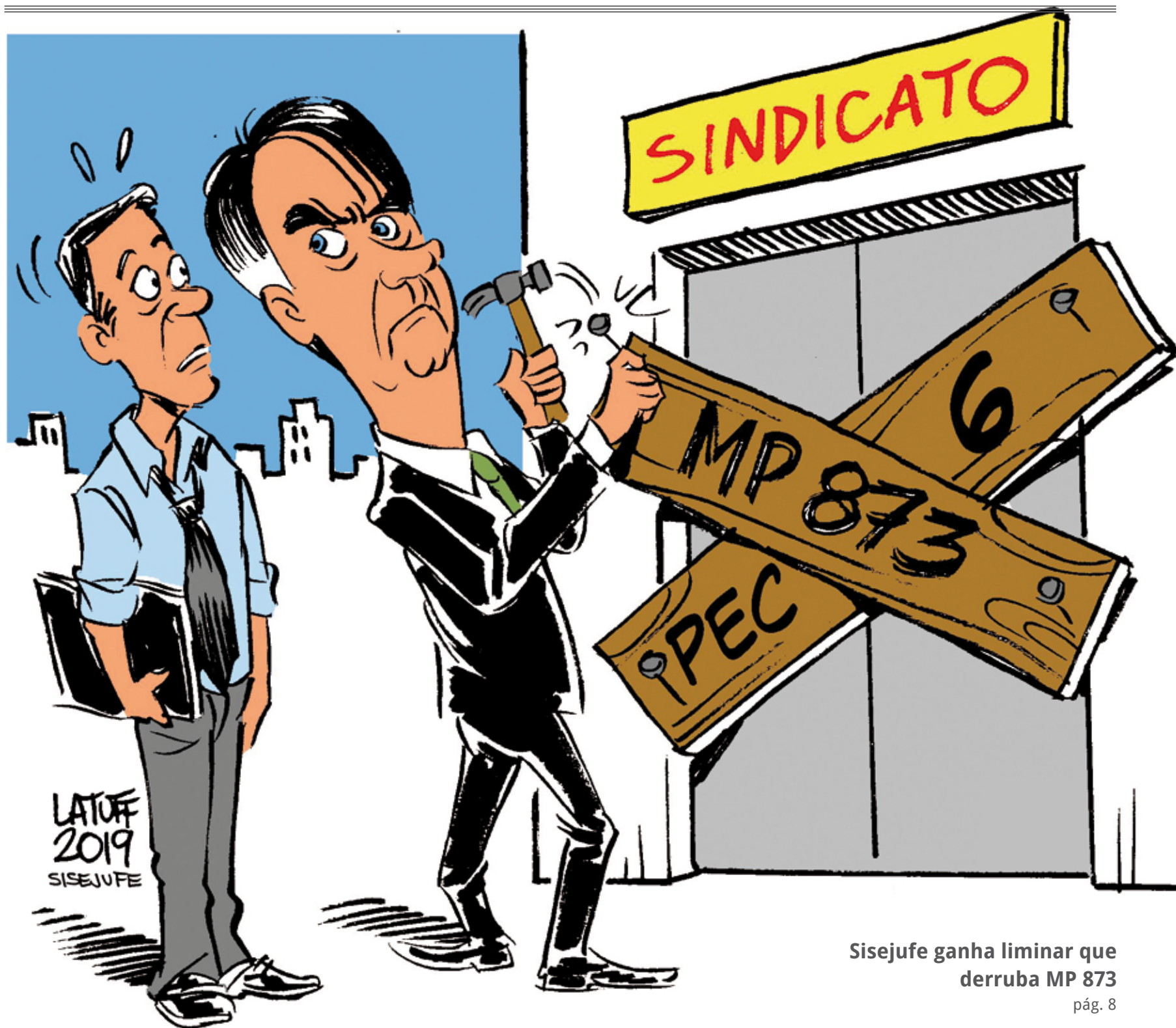




Sisejufe ganha liminar que
derruba MP 873
pág. 8

Eleição de delegados para o
Congrejufe acontece dia 20
pág. 3

Mulheres fazem ato histórico
no centro do Rio
pág. 5

TRE: terceirização enfraquece
a categoria
pág. 14

NÃO HAVERÁ TRÉGUA CONTRA OS INIMIGOS DOS TRABALHADORES

A cruzada pela extinção das entidades sindicais lançada pelo governo Bolsonaro teve na MP 873/19 o ataque mais intenso até então, na tentativa de paralisar as entidades e impedir a luta contra a Reforma da Previdência e seus terríveis efeitos. Nenhum trabalhador ou trabalhadora, nem mesmo os que depositaram seu voto e sua confiança no governo Bolsonaro, assinaram um cheque em branco para um projeto de assalto aos seus direitos constitucionais.

A medida provisória é de uma intervenção absurda, antidemocrática e inconstitucional. Pretende retirar o oxigênio das organizações dos trabalhadores, alterando os mecanismos de custeio sin-

dical e tornando ainda mais difícil sua situação financeira, atropelando direitos duramente conquistados e tentando calar as organizações dos servidores, visando incapacitá-las para as lutas que desenvolvem contra os retrocessos que vitimam milhares de funcionários públicos.

Por trás desse ataque perverso está o medo do governo Bolsonaro de ser derrotado pelos trabalhadores e movimentos sociais organizados. E ele será, não tenham dúvida! A luta contra a Reforma da Previdência só cresce. Todas as agendas de retirada de direitos serão erradicadas porque os sindicatos continuarão fazendo o seu papel histórico de lutar pelas pautas dos direitos trabalhistas e sociais.

A história demonstra o poder de organização dos trabalhadores e de solidariedade entre eles. Não haverá trégua contra os que desejam nos ver morrer sem aposentadoria. A luta ocupará as ruas, ganhará as praças, invadirá o Congresso e pressionará cada parlamentar, até a vitória. A tentativa de fechar os sindicatos, dificultando o repasse da mensalidade dos seus filiados, sofreu a sua primeira derrota por meio da liminar obtida pelo Sisejufe contra a MP 873/19. Muitas outras virão até que ela seja enterrada definitivamente. Um sindicato é mais que sua direção ou uma estrutura física, é cada um e cada uma que luta por seus direitos e que, mesmo sob o mais virulento ataque dos governos, não deixará de resistir. ●



ASSEMBLEIA DIA 20 DE MARÇO ELEGERÁ DELEGADOS PARA O 10º CONGREJUBE

Sisejufe propõe mudanças no estatuto da Fenajufe

Max Leone

Da Redação

Diante de uma conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores e servidores públicos pelo governo Bolsonaro, o funcionalismo do Judiciário Federal do Rio tem importante compromisso, no próximo dia 20 de março. Nesta data, ocorrerá a assembleia para eleger delegados ao 10º Congrejufe. A direção do Sisejufe convoca e destaca a importância da participação da categoria do Rio para reforçar a luta contra propostas como a Reforma da Previdência e a possibilidade de extinção da Justiça do Trabalho, entre outros temas.

Os debates e a votação para escolha da delegação que irá representar o funcionalismo do Judiciário Federal do Rio acontecerão na Praça Floriano, na Cinelândia, Centro do Rio. Conforme edital publicado na grande imprensa pela direção do Sisejufe, a assembleia começará às 12h30.

O sindicato tem direito a uma delegação composta por 66 representantes, o que demanda a participação de, no mínimo, 200 servidores na assembleia, participando e registrando seus votos na eleição dos delegados. O 10º Congrejufe acontecerá entre os dias 27 de abril e 1º de maio deste ano, em Águas de Lindóia, São Paulo.

MOMENTO É DE FORTALECIMENTO DA ENTIDADE

Nos últimos dois anos, a direção do Sisejufe vem questionando a nova configuração da Fenajufe, a falta de identidade e de programa, de setores corporativistas sem viés claro de luta. "Em 2018, já sobre os efeitos dos ataques do governo Temer, tínhamos um diagnóstico claro da falta de comando e de direção da federação. Hoje temos um modelo de gestão que está esgotado. A pulverização de correntes substituiu o modelo programático de construção de síntese dos blocos democráticos de tempos atrás.

E, com isso, a Fenajufe deixou de assumir técnica e politicamente seu papel de centralidade e de liderança na organização do conjunto do funcionalismo público. É para esse lugar de protagonismo que queremos a nossa entidade nacional de volta", afirma a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda.

Nesse sentido, o sindicato faz coro com todos os que entendem que, mais do que nunca, esse é o momento de fortalecimento da nossa entidade como ferramenta de luta. E para que ela seja forte é preciso conter toda a pluralidade da categoria, sem segregar. A tarefa é construir a unidade na diversidade e na luta.



A direção do Sisejufe apresentou uma série de propostas de alteração ao Estatuto da Fenajufe, que defenderá no 10º Congrejufe. A perspectiva é debater e deliberar com os delegados e delegadas presentes um modelo de gestão com uma estrutura mais clara e mais técnica, que propicie uma linha de comando eficiente e à altura do enfrentamento que a categoria está realizando. A ideia é que a Fenajufe retorne ao seu espaço de condução estratégica da categoria judiciária nas lutas e de força motriz para alavancar as demais categorias do funcionalismo público no enfrentamento coletivo da agenda de retirada de direitos.

DESTACAMOS AQUI ALGUMAS DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS ENCAMINHADAS:

Reformulação da estrutura de órgãos da Fenajufe e das instâncias deliberativas – Criação do Conselho Deliberativo de Entidades Filiadas, reformulação estrutural e do papel da diretoria-executiva e indicação clara das atribuições de cada uma das coordenações da diretoria da federação, organização de novos fóruns que visam dar mais agilidade na construção das políticas e ações deliberadas pela categoria nos congressos, plenárias e ampliadas.

Conselho Deliberativo de Entidades Filiadas (CDE) – Composto pela diretoria da federação (17 membros) e um (1) representante de cada sindicato filiado à Fenajufe. O conselho terá o papel de trocar experiências sobre as formas de atuação nos estados no encaminhamento das pautas da categoria, construção de encaminhamentos nacionalmente articulados sobre pautas aprovadas nas instâncias superiores, debater e deliberar sobre o formato, condições de execução sobre encaminhamentos de atos e ações conjuntas da diretoria da federação

e suas entidades filiadas para execução local e nacional das lutas gerais e resoluções aprovadas pelas instâncias.

Diretoria executiva – Órgão executivo responsável por levar a efeito as tarefas e encaminhamentos deliberados nas reuniões da diretoria da federação, dando agilidade e dinamismo à Fenajufe, garantindo maior capacidade de resposta da entidade no dia a dia. A diretoria executiva será composta pela coordenação-geral; secretaria-geral; coordenação de Finanças; coordenação de Administração e Pessoal; coordenação de Política Sindical e Formação; coordenação de Comunicação e Imprensa, e pela coordenação Jurídica.

Alteração da estrutura de coordenações da federação – Ampliação para 17 e especificando as atribuições de cada uma dessas coordenações, a periodicidade de suas reuniões, de forma que todas as pautas encontrem o seu espaço de acolhimento e de encaminhamento, bem como a categoria saiba exatamente qual diretor está responsável por cuidar da mesma.

Cada coordenação tem as suas atribuições e competências definidas, para atuar conforme determinado em planejamento estratégico e orçamentário anual. O novo modelo proposto contém as seguintes instâncias: coordenação-geral; secretaria-geral; coordenação de Finanças; coordenação de Administração e Pessoal; coordenação de Política Sindical e Formação; coordenação de Comunicação e Imprensa, coordenação Jurídica; coordenação de Aposentados e Pensionistas; coordenação de Movimentos Sociais; coordenação de Relações de

Trabalho; coordenação de Saúde, Segurança do Trabalhador e Meio Ambiente; coordenação de Gênero, Raça e Diversidade; coordenação de Relações Internacionais; coordenação de Relações Institucionais e Parlamentar; coordenação de Assuntos de Previdência Pública e Complementar; coordenação de Acompanhamento de Políticas de Virtualização e Tecnologia da Informação; e coordenação de Resgate e Preservação da Memória Sindical.

Limitação para o número de liberações sindicais

- Previsão de liberação para exercício de mandato classista de no máximo três coordenadores, podendo esse número ser superado tão somente por meio de aprovação da Plenária ou Congresso Nacional, quando deverá ser respeitado o limite extraordinário de seis coordenadores liberados.

Redução do intervalo entre as reuniões – Definição de reuniões mensais para os sete coordenadores da diretoria executiva, bimestrais para os 17 membros da diretoria da federação e quadrimestrais para o Conselho Deliberativo de Entidades Filiadas (CDE).

Princípios e Deveres da Fenajufe – Para além dos objetivos e prerrogativas da Fenajufe, são apresentadas proposições de inclusão também de seus princípios norteadores e dos deveres da federação e seus coordenadores, tendo em vista orientar a atuação dos futuros coordenadores e modernizar a organização estatutária da entidade.

As propostas de alterações ao Estatuto da Fenajufe encaminhadas ao 10º Congrejufe pela direção do Sisejufe serão disponibilizadas no site do sindicato. ●



8 DE MARÇO

MULHERES FAZEM ATO HISTÓRICO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Manifestação inaugura com força calendário de lutas contra a perda de direitos

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

O Dia Internacional de Luta das Mulheres no Rio de Janeiro foi marcado por um ato histórico. Foi a primeira grande manifestação do ano contra a perda de direitos. Segundo a CUT Rio, cerca de 40 mil ativistas participaram das atividades no Centro da capital. Entre as pautas, um grito de justiça para a vereadora Marielle Franco e pela vida de todas as mulheres, que levou novamente uma multidão às ruas no dia 14 de março, data que marca um ano do assassinato da parlamentar, ainda sem solução. O embate para barrar a Reforma da Previdência, que também foi um dos eixos do movimento unificado, já tem data de mobilização nacional: 22 de março.



A concentração do 8 de março começou na Candelária no fim da tarde. Por volta das 18h, a marcha tomou conta de toda a avenida Rio Branco criticando as políticas do governo



Bolsonaro. Servidoras Judiciário Federal do Rio saíram com uma faixa exigindo democracia e o direito por uma aposentadoria digna. O Núcleo Sindical da Marcha Mundial de Mulheres do Sisejude também distribuiu adesivos em defesa da Justiça do Trabalho. Na batucada, as mulheres cantaram contra a opressão e o machismo.

O local escolhido para o encerramento do evento foi em frente à Câmara de Vereadores, numa referência à Marielle. Um dos pontos altos da manifestação foi o levante pedindo justiça pela parlamentar assassinada, quando a Cinelândia lotada clamou seu nome.

Intervenções artísticas se revesaram com discursos

das parlamentares e representantes dos movimentos sociais nas escadarias da Câmara, que viraram palco do ato. A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, representou a Marcha Mundial das Mulheres. “Parem de nos matar de trabalhar ou de fome”, gritou. Ela terminou com a insígnia do movimento internacional: Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! ●



MULHERES E MUNDO DO TRABALHO

Sisejufe promove, em conjunto com a Marcha Mundial de Mulheres e Sempreviva Organização Feminista, seminário Mulheres e Mundo do Trabalho. Os debates, entre os dias 20 e 22 de fevereiro, lançam diferentes olhares sobre o tema

Cristiane Vianna Amaral e Tais Faccioli

Da Redação

No primeiro dia, as discussões giraram em torno dos Eixos para uma Resistência Anticapitalista, com a mediação de Neli Rosa, diretora e integrante do Departamento de Gênero e Raça do Sisejufe. Para a primeira palestrante, Dara Sant'anna, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), as feministas precisam estar com outras mulheres, seja nas famílias, nas igrejas ou em outros espaços de convívio.

A luta é árdua para uma mulher, mãe e agricultora. Aparecida Conceição de Oliveira, representante do Assentamento do Visconde, em Casimiro de Abreu, contou sua história de vida de combate ao machismo e de organização das trabalhadoras. De acampada a assentada, hoje ela impulsiona o grupo de trabalho de mulheres Serra Mar “por amor de estar junto com as companheiras da gente”. Nesse espaço, elas podem falar de outros temas, além da casa, marido, filhos e lavoura. Esse ano, ela quer ir novamente à Marcha das Margaridas, manifestação nacional organizada pelas trabalhadoras rurais. “Quando a mulherada se junta, mostra a força que tem.”

Para Sônia Coelho, integrante da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e também da Marcha Mundial de Mulheres, há um acirramento do neoliberalismo,



com uma concentração de riqueza nunca vista na história, onde tudo vira mercadoria, lucro. “Essa fase do capitalismo é incompatível com a democracia”. No entanto, a educadora popular também aponta caminhos para mudar essa realidade e aposta em formas coletivas de viver. “O feminismo é uma ferramenta de luta e auto-organização das mulheres.”

O CAPITALISMO É INCOMPATÍVEL COM A VIDA

A Centralidade do Trabalho para as Lutas Feministas foi o tema do segundo

dia do evento, que teve a mediação da integrante do Núcleo Sindical da Marcha Mundial das Mulheres e diretora do Sisejufe Lucena Pacheco. Elaine Monteiro, diretora de Mulheres da União Estadual dos Estudantes (UEE), abriu os debates analisando a questão do trabalho feminino sob uma perspectiva histórica e destacou que a escravidão foi norteadora para delimitar as relações que se tem hoje no Brasil, sejam pessoais, sociais ou de trabalho. Nesse sentido, as mulheres negras se mantiveram em posições de trabalho estigmatizadas, como camelôs, vendedoras, doceiras e empre-

gadas domésticas. "Uma grande parcela das mulheres não está no trabalho formal ou em profissões que respeitem as leis vigentes", afirmou. Para a representante da UEE, a precarização do trabalho tem rosto feminino.

A segunda palestrante, professora e secretária de Comunicação da CUT/RJ, Duda Quiroga, ressaltou que mais recentemente, quando as mulheres tiveram ampliada sua participação no mercado formal, muitas carreiras foram feminizadas. Houve então um achatamento salarial, sustentado pelo raso argumento de que seu salário é apenas complementar, mesmo que a maioria seja chefe de família. Por outro lado, na opinião da sindicalista, houve avanços no universo das lutas sindicais. "As mulheres precisam cobrar cada vez mais participação nas mesas de negociação consideradas estratégicas."

Militante da Marcha Mundial das Mulheres Ana Priscila Alves diz que hoje há uma nova forma de organização do capital. "Nós feministas acreditamos que existe uma outra forma de economia, que chamamos de economia feminista, que diz que o capitalismo é incompatível com a vida." Se nas últimas décadas o neoliberalismo se apresentou de uma forma em que as mulheres precisavam ser inseridas no mercado de trabalho, agora, em crise, o estado passa a não garantir o mínimo para viver. "Então o capitalismo e o neoliberalismo se viram para as mulheres e dizem: volta pra

casa." A feminista francesa Simone de Beauvoir já dizia que basta uma crise para que os direitos das mulheres sejam questionados. "Se cada um precisa cuidar de si mesmo, quem cuida da casa, do trabalho doméstico, da rotina das nossas vidas? Sempre serão as mulheres. A gente vive essa dualidade", afirma.

MOBILIZAÇÃO PARA MANTER E AMPLIAR DIREITOS

Na última noite do evento, foram discutidas as Dinâmicas Atuais da Exploração do Trabalho. A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, falou sobre os riscos de discursos como o do empreendedorismo que diz "trabalhe no seu tempo, na sua casa, fique mais perto da sua família" e que na verdade desorganizam as mulheres. Ela criticou duramente a flexibilização dos direitos da classe trabalhadora. "Esses ataques nos dão a certeza da necessidade de manutenção da luta", concluiu.

Cleide Pinto, da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, contou so-

bre a complexidade de seu trabalho e de organizar essas mulheres. Há muito afeto envolvido. No seu caso, como não ter sentimentos por pessoas com as quais convive há mais de 30 anos? Ela ressaltou ainda que muitas vezes, as patroas são vistas como mães ou irmãs e assim fica difícil cobrar direitos na justiça. Caso a categoria perca novamente os direitos conquistados recentemente como férias, Fundo de Garantia e Seguro Desemprego, Cleide avalia que é um retorno à senzala.

Para Bianca Bonfim, integrante do Movimento da Mulher Advogada e do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes, o trabalho do cuidado deveria ser público, um bem comum, visto sobre a ótica da solidariedade, pois qualquer ser humano pode ficar vulnerável ou mesmo ter um familiar doente. Mesmo com todos os avanços das mulheres, essa tarefa continua sendo invisível e vista como feminina.

Bianca aponta alguns caminhos, como o envolvimento dos homens nesses espaços de cuidado, transformando, por exemplo, a licença maternidade em licença parental, dividindo o tempo de afastamento entre os pais, o que poderia diminuir a discriminação no mercado de trabalho. No entanto, para mudar profundamente a realidade, seria preciso aumentar a participação das mulheres nas instâncias de decisão, o que poderia ser estimulado por cotas nos espaços de poder. ●



VITÓRIA CONTRA GOVERNO BOLSONARO

Sisejufe ganha liminar que derruba MP 873. Sindicato vai intensificar luta contra a Reforma da Previdência

Max Leone

Da Redação

A direção do Sisejufe obteve a primeira vitória contra a onda de ataques do governo Bolsonaro aos direitos de trabalhadores e ao movimento sindical. No dia 8 de março, o sindicato conseguiu suspender os efeitos da MP 873 - que determina que a mensalidade sindical seja cobrada por boleto bancário e não mais descontada em folha. Decisão liminar do juiz Fabio Tenenblat, da 3ª Vara Federal do Rio, garantiu em tutela provisória, em ação coletiva ajuizada pela entidade, a manutenção dos descontos autorizados pelos filiados nos contracheques. A conquista terá efeito direto na luta contra a Reforma da Previdência (PEC 6), tendo em vista que a diretoria do sindicato avalia que as duas iniciativas do governo estão relacionadas e precisam ser combatidas.

Para a entidade, o objetivo do presidente Bolsonaro com a edição da MP 873 é enfraquecer os sindicatos, neste momento, para evitar que mobilizem suas categorias na luta contra a PEC 6. É muito claro que as duas propostas estão interligadas. Haja vista que o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que negociará

com parlamentares insatisfeitos com as mudanças previstas pela MP 873. Ele vai usá-la como moeda de troca na votação da reforma previdenciária.

“O governo Bolsonaro quer quebrar financeiramente os sindicatos, principalmente do setor público, que em 2018 foram as principais categorias que barraram a Reforma da Previdência do governo Temer. Este ano, com o término do imposto sindical, as entidades representativas do setor privado já estão financeiramente inviáveis. A MP 873 vem para atingir as entidades do setor público. É uma tentativa

Para o Sisejufe, o objetivo do presidente com a MP 873 é enfraquecer os sindicatos, neste momento, para evitar que mobilizem suas categorias na luta contra a PEC 6

do presidente Bolsonaro de asfixiar os sindicatos, tirando recursos para não lutarem contra Reforma da Previdência”, afirma Valter Nogueira Alves, presidente do Sisejufe, ressaltando que a mobilização dos servidores do Judiciário Federal do Rio será de fundamental importância neste momento.

Na decisão, o juiz federal considera que a MP 873, em seu Artigo 2º, “b”, revogou a letra “c” do caput do Art. 240 da Lei 8.112/1990, que tinha a seguinte reda-



Sisejufe mobiliza categoria contra a Reforma da Previdência

ção: “Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes... de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria”.

O magistrado também leva em consideração que a mesma medida provisória alterou a CLT, para que a contribuição dos empregados que autorizarem, prévia e expressamente, o recolhimento da contribuição sindical será feita exclusivamente por meio de boleto bancário ou equivalente eletrônico, encaminhado para a residência do empregado ou, na hipótese de impossibilidade de recebimento, à sede da empresa.

O despacho diz ainda que, “como a medida provisória entrou em vigor na data de sua publicação, em 01/03/2019, não houve tempo hábil mínimo para que os sindicatos reorganizem suas finanças,



Desde o governo Temer. Na foto, ato realizado em 2017

em função de eventual inadimplência decorrente da nova sistemática de cobrança instituída, o que lhes enseja irreparável prejuízo a seu funcionamento.

“Revela-se irrazoável a vedação para que a cobrança de contribuição autorizada pelo sindicalizado ocorra por meio de desconto em folha de pagamento”, finaliza o juiz na decisão.

Para o assessor jurídico do Sisejufe, Rudi Cassel, há uma dupla mensagem na MP 873 e que deve ser combatida com a mobilização das categorias e ações no Judiciário: a de que o Brasil não deve ter sindicatos, retornando à época em que a jornada e as condições de trabalho levavam à escravidão; a de que a Constituição não tem valor e tudo é permitido.

“O governo também adotou o expediente nada republicano de editar a MP na véspera do feriado prolongado no Poder Judiciário, ciente de que as entidades prejudicadas têm poucos dias para a obtenção de tutela judicial antes do

fechamento da folha do mês de março”, criticou Rudi Cassel.

SINDICATO VAI INTENSIFICAR LUTA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Após impor a primeira derrota ao governo Bolsonaro, o Sisejufe volta suas forças contra a Reforma da Previdência e convoca os servidores do Judiciário Federal do Rio a intensificar a luta contra a PEC 6. Está marcado ato nacional no dia 22 de março. Nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) afirma que a PEC 6 excluirá ou retardará o acesso à aposentadoria e demais direitos previdenciários da maioria dos brasileiros, reduzirá o valor dos benefícios e transferirá progressivamente parte ou todo fundo público para o sistema financeiro privado.

Com a reforma, as mulheres serão as mais prejudicadas. Elas terão que trabalhar por mais tempo e receberão valores menores na aposentadoria. Mesmo diminuindo a idade mínima de 65 para 62 anos, a PEC continua mais perversa com as trabalhadoras. Atualmente, a regra para servidores consiste em tempo de contribuição por 30 anos de e 55 anos de idade para mulheres; e de 35 anos de idade para recolhimento com 60 anos de idade para os homens. Além disso, é necessário o mínimo de dez anos de tempo de serviço público e de cinco anos no cargo.

Com a PEC 6 serão necessários 62 anos de idade para mulheres e 65 anos de idade para os homens e mais 25 anos de contribuição. A regra valerá para estados, municípios e Distrito Federal,

que poderão ampliar suas alíquotas previdenciária para, no mínimo, 14%, caso registre déficit financeiro e atuarial, podendo chegar a 22%, conforme o valor do salário. Limita ainda a incorporação de gratificações; e institui, obrigatoriamente, a previdência complementar em dois anos.

MUDANÇA PARA SERVIDORES

O cálculo da aposentaria para os servidores também muda e passa a ser a média de todos os salários; em caso de 20 anos de contribuição, ele terá direito a 60% do valor do benefício mais 2% a cada 12 contribuições. Ou seja, a pessoa já tem tempo de contribuição, mas precisa cumprir a idade. Para receber 100% do valor do benefício, será necessário comprovar 40 anos de contribuição.

O Dieese mostra que a reforma adotará regras de transição com idade mínima que aumentará progressivamente até 2022, chegando em 57 para mulheres e 62 para homens. Adicionalmente, haverá necessidade de somar o tempo de contribuição mais idade e nesse caso, o resultado começará em 96 pontos para homens e 86 para mulheres em 2019 até chegar a 105 para homens e 100 para mulheres em 2033. O valor do benefício será integral para aqueles que ingressaram antes de 31 de dezembro 2013, desde que alcance a idade exigida e seguirá os mesmos critérios do RGPS. Para o Dieese, o governo Bolsonaro ignorou que no serviço público há grandes desigualdades entre as diversas carreiras e as esferas (União, Estados e Municípios); como também diferenças regionais e impõe um tempo de contribuição superior ao do Regime Geral e alíquotas maiores com uma concentração de peso maior em salários de valores médios. ●

Com a reforma, as mulheres serão as mais prejudicadas. Elas terão que trabalhar por mais tempo e receberão valores menores na aposentadoria

SISEJUFESOLIDÁRIO TRANSFORMA VIDAS ATRAVÉS DA INCLUSÃO, ACOLHIMENTO E VALORIZAÇÃO DA AUTOESTIMA

Voltado às pessoas em situação de rua, projeto funciona em articulação com outros importantes movimentos sociais

Tais Faccioli

Da Redação

“Sentimos incômodo quando vemos pessoas nas ruas. Sentimos dor.” A frase, da dirigente sindical Eunice Barbosa, expressa o sentimento que motivou o sindicato a criar o Sisejufe Solidário, que este ano ganhou um departamento, coordenado por Eunice, para centralizar todas as ações sociais da entidade voltadas às pessoas em situação de rua do centro do Rio. O acolhimento é apenas um dos eixos do projeto, que também tem como metas melhorar a qualidade de vida e de saúde, a ressocialização, criar relação de afeto, construir momentos de lazer e dar dignidade a estes cidadãos e cidadãs.



No Varal Solidário, sindicato se mobiliza para reunir doações de roupas, calçados e kits de higiene pessoal

ABORDAGEM DE RUA

A primeira ação aconteceu na noite de 22 de agosto do ano passado, quando voluntários do Sisejufe Solidário ocuparam a rua entre a Avenida Rio Branco e a Rua Uruguaiana e ouviram muitas histórias. O grupo distribuiu água, café, pão, kit de higiene, cobertores e uma boa dose de calor humano. Desde então, essa abordagem tem sido mensal.

O trabalho está sendo desenvolvido em articulação com entidades que atuam no Centro da cidade. Outra linha de ação é interferir junto ao Poder Público.



"Nós cobraremos o cumprimento da legislação e a aprovação de novas leis que favoreçam essas pessoas, com a construção de políticas públicas que insiram no mundo do trabalho a população que vive à margem da sociedade", ressaltou Lucena Pacheco, diretora do Sisejufe.

VARAL SOLIDÁRIO

Já o Varal Solidário, evento no qual o sindicato se mobiliza para reunir doação de roupas, calçados e kits com material de higiene pessoal, também apresenta bons resultados. A primeira experiência foi com a população no entorno do Sisejufe, no dia 16 de outubro do ano passado, na esquina da Av. Presidente Vargas com a Rua Miguel Couto, com a participação de voluntários. Na ação do Dia do Pobre, que aconteceu na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, em 18 de novembro, foram atendidas cerca de mil pessoas. O Sisejufe também apoiou o Natal na Rua, realizado com as pessoas que vivem na Glória e no Aterro do Flamengo, em parceria com ONGs que atuam naquela região. As próximas ações acontecerão no Largo da Carioca, junto com o já tradicional Banho Solidário. A de março será feita em parceria com o projeto Justiça, Atitude e Conhecimento, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

ATIVIDADES CULTURAIS

O engajamento da equipe também se dá na área cultural. No dia 22 de fevereiro, a diretoria participou do lançamento do projeto Justiça, Atitude e Conhecimento, criado pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), com apoio do sindicato. O evento contou com apresentações de dança, teatro, música e varal de poesias "No que couber, o Sisejufe caminhará junto nessa empreitada", disse Eunice.

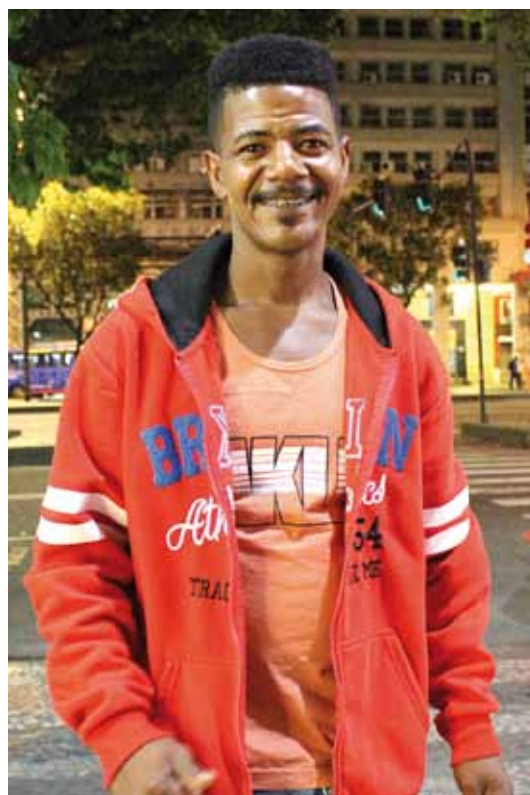
No dia 27 de fevereiro, o Concerto Solidário reuniu, em emocionante apresentação, no Centro Cultural Justiça Federal,



Coral Uma só Voz emocionou a plateia no Concerto Solidário, no Centro Cultural Justiça Federal, em fevereiro

os corais do Sisejufe, Canto da Rua e Uma só Voz. Estes dois últimos são formados por pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social.

"A arte é uma grande ferramenta que pode transformar a vida de todos nós. Nesta engrenagem que é o mundo, a arte é uma pequena peça, mas junto com Educação, Saúde e Habitação ela funciona muito bem. O coral é a inclusão em uma só voz", destacou o maestro Rico Branco.



Para a diretora Eunice Barbosa, a música estimula a união. "Vocês nos fazem acreditar nessa energia boa e forte que nos irmana e nos mantém conectados. Vocês nos fazem acreditar que um outro mundo é possível", afirmou.

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

Estão previstas ainda atividades conjuntas com o Instituto Lar, uma entidade que acolhe a população de rua com ações como banho, lavanderia, cozinha e salão solidários.

O Sisejufe também programou para este ano debates, fóruns, cursos de formação e seminários para preparar os voluntários e discutir políticas públicas para a população em situação de rua.

COMO PARTICIPAR

A Abordagem de Rua é realizada na primeira quarta-feira de cada mês, a partir das 19h. O ponto de encontro é no sindicato. As demais ações e atividades são divulgadas no site, conforme a programação do departamento. Todos os servidores e servidoras estão convidados a participar, assim como seus familiares. ●

MOBILIZAÇÃO CONTRA PERDA DE DIREITOS É PRIORIDADE PARA O SISEJUFEM 2019



Diretoria se reuniu nos dias 15 e 16 de fevereiro para apresentar previsão do planejamento orçamentário para este ano

Tais Faccioli, Cristiane Vianna Amaral e Max Leone

Da Redação

Os ataques aos direitos de trabalhadores e servidores públicos que estão na pauta do governo Bolsonaro, como a Reforma da Previdência, não são novidades para o conjunto do funcionalismo da União, inclusive para o pessoal do Judiciário Federal. Em um passado bem recente, os servidores mostraram que somente com mobilização

foi possível enfrentar momentos difíceis como os que ocorreram em governo anteriores. Assim, as experiências vão servir de exemplo para enfrentar os desafios que estão por vir. No segmento do PJU, a fundação da Fenajufe em 1992, representou o fortalecimento e a unidade da luta em nível nacional. Essa foi a tônica da palestra

de abertura do Seminário de Planejamento Estratégico da direção do Sisejufe, em 15 de fevereiro, com o foco nas atividades que serão desenvolvidas em 2019.

Na ocasião, o presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassoja),

Neemias Freire, fez um relato da trajetória e da atuação da Fenajufe nas últimas décadas após a sua criação e lembrou que a luta pela ação do primeiro Plano de Cargos e Salários (PCS) no começo dos anos 1990 foi a primeira batalha enfrentada pela entidade. "O plano buscava três carreiras: auxiliar, técnicos e analista; e também a isonomia", lembrou, ressaltando que esse PCS mudou o panorama da categoria que até então possuía salários baixos e havia grande evasão de pessoal devido às condições adversas.

A FENAJUFE QUE TEMOS E A QUE QUEREMOS

A análise de conjuntura com relação à Fenajufe também foi tema de debate na manhã do segundo dia do Planejamento Estratégico. Participaram da conversa o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves; o presidente da Fenassojaf, Neemias Freire; o servidor Marlon Gerson Sousa, de Pernambuco; José Ribamar, do TRE do Pará; e Tiago Duarte, oficial de Justiça do TRT de São Paulo, além da diretoria do sindicato. Todos foram unânimes ao avaliar que a federação está doente, com um modelo de gestão esgotado e fragmentada em grupos sem identidade com as lutas da categoria.

RETOMAR PAPEL DE LIDERANÇA

Para que a federação reencontre seu rumo, o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, propõe alterações estatutárias e alerta que a entidade precisa retomar o papel de liderança, não só para o Judiciário, mas para o conjunto do funcionalismo federal. "Nós fizemos defesas jurídicas que beneficiaram todos os servidores federais. Nós traçávamos estratégias e hoje isso acabou. Temos que retomar esse protagonismo. Além disso,

não podemos desgarrar nossa luta das reformas previdenciária, administrativa e outras que virão. Se o movimento sindical souber organizar a categoria e for para a rua, a gente tem condições, minimamente, de ir para o enfrentamento", diz.

Para o dirigente Marlon Gerson, o principal elemento novo é o governo mais extremado do que se tinha antes: antidemocrático, antipovo e autoritário. Neste contexto, o sindicalista avalia que a Fenajufe tem de assumir protagonismo e centralidade, fortalecendo os movimentos sociais e sindicais.

José Ribamar fez um retrospecto desde a fundação da Fenajufe até os dias de hoje e ressaltou que a luta maior é manter os direitos que estão aí hoje. "A terceirização avança nos tribunais, gratificações serão cortadas... Daqui a três anos teremos um quadro diferente. Estaremos enfraquecidos, sem poder de luta. Temos que impedir isso e fazer uma estratégia para fortalecer a entidade", afirmou.

Tiago Duarte ressaltou que o ano de 2018 representou não apenas uma derrota eleitoral, mas também estratégica.

"O aspecto ultraliberal vai acabar impactando a gente no serviço público com congelamento salarial, falta de reposição de servidores e precarização dos serviços públicos. O neofascismo afeta o sindicalismo", disse, acrescentando que os grupos que compõem a federação possam dialogar e traçar pontos comuns, mesmo que tenham suas diferenças.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA 2019

Na tarde de sábado, foi apresentada à direção a previsão e o estudo do planejamento orçamentário para 2019. Valter Nogueira ressaltou que a mobilização é a prioridade do sindicato. Nesse sentido, grande parte dos recursos deve ser destinada para esse fim. A prestação de contas do Sisejufe e a Previsão Orçamentária para 2019 serão deliberadas em assembleia geral dos sindicalizados, que será realizada em 27 de março. ●

Assembleia de prestação de contas de 2018 e apreciação do orçamento de 2019

27 de março, 19h

Sede do Sisejufe – Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

Compareça! Sua participação é de grande importância!

TERCEIRIZAÇÃO ENFRAQUECE A CATEGORIA

Conscientizar a população de que não é o servidor ou o custo do serviço público que têm causado as mazelas da sociedade é fundamental

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, publicou a Portaria 140/2019 determinando a elaboração de um modelo quantitativo, qualitativo e automatizado para gestão de dimensionamento da força de trabalho nos Tribunais e Zonas Eleitorais, observando o teto de gastos previsto na Emenda Constitucional 95/2016. Mais uma vez, o TSE quer impor aos tribunais regionais regras de organização interna que, além de desrespeitar sua autonomia, já se mostrou desastrosa nas intervenções recentes a partir do rezonamento das zonas eleitorais nas capitais e interior de todo o país.

No ano passado, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro contratou uma empresa para dimensionar o trabalho na sede do tribunal. O sindicato até agora não teve acesso ao documento final. No entanto, o estudo pode ficar sem efeito, considerando que os parâmetros serão, em última análise, definidos de maneira vertical pelo TSE.

Para o vice-presidente do Sisejufe, Lucas Costa, o estado pode reviver o trauma do rezonamento, quando metade das zonas eleitorais do Rio de Janeiro foi fechada. Além de gerar insatisfação dos servidores que foram transferidos arbitrariamente em meio ao ano letivo,

gerando transtornos para as famílias, todos acompanharam pela imprensa o caos que tomou conta de vários locais de votação em virtude da transferência do eleitorado em 2018. “O TSE não respeitou as especificidades tanto geográficas, sociais e de segurança, de transporte público e até mesmo culturais. O resultado foi desastroso”, avalia. Para ele, o argumento da Administração de economia não se sustenta, pois a economicidade deve caminhar lado a lado com o princípio da eficiência do serviço público e dele não deve se dissociar.

RISCOS DA TERCEIRIZAÇÃO PARA OS SERVIDORES E A SOCIEDADE: É PRECISO REVOGAR A EC 95

Neste cenário, com o servidor pressionado pelo excesso de demanda e sem previsão do ingresso de novos concursados, entra a narrativa de relativizar os males da terceirização. “O governo apresenta a alternativa como uma realidade imutável, contra a qual não podemos lutar, quando na verdade ela é uma consequência da Emenda 95”, explica o vice-presidente.

Não se deve ignorar que a contratação sem concurso público pode enfraquecer ainda mais a categoria, ampliando exponencialmente a defasagem que já



atinge seus quadros, que enfrentam dificuldades de mobilização, diante dos entraves legais hoje existentes.

Com a continuidade do andamento da máquina, apoiada em terceirizados, fica vedada a possibilidade de lutar pela manutenção de direitos.

“O servidor não pode aceitar essa narrativa. É preciso disputá-la: na lógica de precarização, a terceirização não pode ser uma saída aceitável nem para o servidor e nem para a população. Para isso, é necessário que, junto ao sindicato, a categoria, ao lado dos demais trabalhadores, exija dos parlamentares e do governo federal a revogação ou, no mínimo, a revisão da PEC”, aponta a diretora Fernanda Lauria. Para a dirigente, é fundamental conscientizar a população de que não é o servidor ou o custo do serviço público que têm causado as mazelas da sociedade, mas sim a má gestão dos recursos e o protecionismo sobre os verdadeiros privilegiados pelo estado. “É preciso mostrar que o verdadeiro mal é o dinheiro do Estado ser aplicado em setores da iniciativa privada que não trazem qualquer benefício significativo para a sociedade”, concluiu Lauria. ●



contrapont●

SISEJUFEE filiado à FENAJUFE

Av. Presidente Vargas • 509 • 11º andar
Centro • RJ • CEP 20071-003

| 21 | 2215 2443

imprensa@sisejufe.org.br

www.sisejufe.org.br



DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos • Alexandre Graciano dos Santos • Amaro das Graças Faustino • Ana Clécia Vieira Santos • Carlos Eduardo da Costa Cruz • Carlos Henrique Ramos da Silva • Claudio Vieira Amorim • Deise de Andrade Azevedo • Dulavim de Oliveira Lima Junior • Fabio Filardi da Silva • Fernanda Guimarães Lauria • Helena Guimarães Cruz • Iuri Barbosa Matos Peixoto • Joel Lima de Farias • José Ricardo de Almeida Horta • Jovelina Alves da Silva • Laura Diogenes de Oliveira e Silva • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Lucilene Lima Araujo de Jesus • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Marcelo Costa Neres • Maria Cristina Barbosa Mendes • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Abreu Petersen da Rocha • Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria • Maristela de Souza Vicente • Michel Carneiro da Silva • Mônica Cristina Santana de Jesus • Neli da Costa Rosa • Nilton Barbosa de Castro • Nilton Alves Pinheiro • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro Pinto • Ricardo Quiroga Vinhas • Ricardo Soares Valverde • Rodrigo Alcantara de Souza • Ronaldo Almeida das Virgens • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves

• **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda

• **EDIÇÃO:** Tais Faccioli (MTE 22185)

• **REDAÇÃO:** Max Leone (MTE RJ/19002/JP) • Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685) • Manuella Soares (Fenaj JP 31684/RJ)

• **PROJETO GRÁFICO:** Andreza Condé

• **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho

• **ESTAGIÁRIA EM DESIGN GRÁFICO:** Laíse Silva

• **CHARGE:** Latuff e Ana Claudia Coelho

• **CONSELHO EDITORIAL:** José Ricardo de Almeida Horta • Lucena Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda

• **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000.

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de jornalismo que o produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

SERVIDORA CONTA HISTÓRIAS DO JUDICIÁRIO FEDERAL, DA REPÚBLICA VELHA AO ESTADO NOVO

Tais Faccioli

Da Redação

Depois de 30 anos de dedicação ao Judiciário Federal, a servidora niteroiense Maria da Conceição Cardoso Panait encara um novo desafio: vai estrear na carreira de escritora. E é esta nova face de sua vida que a analista judiciária do TRF2 conta na seção Prata da Casa. O livro “Justiça Federal (1890-1937): O processo de Unificação pela Estadualização” aborda a criação da Justiça Federal na República Velha até 1937, quando ela é extinta no Estado Novo. O trabalho é baseado na dissertação de mestrado da servidora, defendida em 2011, no Programa de Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O lançamento será no dia 21 de março, às 18h, no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). Segundo a autora, a obra será de grande utilidade para historiadores e para o público que se interessa pelo tema, já que traz fontes de pesquisa inéditas, até então inacessíveis.

“É uma justiça que sempre esteve no vulcão da política porque julga os atos do Poder Executivo”, ressalta.

VARGAS EXTINGUIU A JF

O problema que norteou a pesquisa foi a extinção da Justiça Federal de primeira instância, na implantação do Estado Novo. “Em um regime de governo autoritário, o que se espera é a concentração do poder. Mas, curiosamente, com a eliminação da Justiça Federal de primeiro grau, que era exatamente o órgão que julgava os atos do Executivo e as matérias de interesse da administração pública, a sua competência foi transferida para a justiça estadual, criando um modelo de organização judiciária descentralizado que não combinava com aquele regime. E foi

a percepção dessa divergência que me motivou a investigar o que aconteceu naquele período, na tentativa de compreender o fenômeno de sua extinção por um governo autoritário”, conta.

Quando Maria Panait fez seu estudo, há oito anos, utilizou como fonte de pesquisa livros da época, notícias de jornais, relatórios dos juizes federais da República Velha e outras fontes indiretas porque não foi possível o acesso aos processos judiciais históricos. O motivo



é que esses processos ficam sob a guarda do Centro de Memória do TRF2, que não é liberado para consulta. Esforços, no entanto, estão sendo feitos para que o espaço seja aberto ao público. Através de parceria entre a UFF, o tribunal e a Seção judiciária do Rio de Janeiro, um terço deste acervo já foi higienizado, identificado e incluído em um banco de dados, mas o agravamento da crise econômica prejudicou a continuidade das ações para resgatar o que faltou. “Esse acervo é de uma preciosidade ímpar. Essa linha de pesquisa institucional será muito promissora quando todo o acervo estiver plenamente acessível ao pesquisador”, afirma. ●

Lançamento

Justiça Federal (1890-1937): O processo de Unificação pela Estadualização

21 de março, às 18h

CCJF - Av. Rio Branco, 241
Centro – Rio de Janeiro

Compra direta

Editora Appris
(www.editoraappris.com.br)